

A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL:

Uma visão geopolítica

Só os mortos poderão ver o fim da guerra.

Platão

LEONARDO **BARBOSA** CABRITA*
Suboficial (FN)

SUMÁRIO

Introdução
Síntese histórica dos judeus
O Sionismo
O mandato britânico
A criação do Estado de Israel
Considerações finais

INTRODUÇÃO

Mais uma vez o mundo se fragmenta por meio da estupidez humana e acumula novos conflitos. No presente momento temos: Burkina Faso, Somália, Sudão, Iêmen, Myanmar, Nigéria, Síria, Rússia, Ucrânia, Palestina e Israel.¹

Nas primeiras horas da manhã de 7 de outubro de 2023, um sábado, notícias

circulavam em todos os veículos de comunicações divulgando um ataque surpresa perpetrado pelo movimento islâmico palestino Hamas, a partir da Faixa de Gaza, contra o Estado de Israel. Ondas de ataques foram batizadas com o codinome “Operação Dilúvio de Al-Aqsa”, em homenagem à mesquita de Al-Aqsa, um dos locais mais sagrados do Islã, onde Israel teria executado uma série de ataques durante o

* Pesquisador independente. Graduado em História pela Universidade Estácio de Sá em 2010, fez curso de Especialização em História Contemporânea e em Relações Internacionais na Universidade Cândido Mendes.

1 Dados extraídos do relatório do Uppsala Conflict Data Program (UCDP), Uppsala University, Suécia.

mês do Ramadã, em 2023, passando a ser um dos pontos de tensão do conflito. Por sua vez, Israel lançou uma ofensiva com o codinome “Espada de Ferro”, declarando estado de guerra.

A efeméride ocorre 50 anos depois da Guerra do Yom Kippur (Dia do Perdão), em que Egito e Síria lançaram um ataque contra Israel no dia 6 de outubro de 1973, durante o feriado religioso. Lembrando que esses episódios estão relacionados a uma série de confrontos travados ao longo do século XX. Israel e Palestina vivem em tensões permanentes a partir do momento em que a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu a criação do Estado de Israel (1948).

As divisões territoriais entre Israel e Palestina, consideradas pelos povos palestinos como ilegítimas, ocasionaram uma série de insatisfações, dando início a uma intensa rivalidade, vista até os dias de hoje. Podemos observar alguns conflitos fratricidas que eclodiram, logo após a formação do Estado de Israel: a Guerra de Independência (1948); a Guerra dos Seis Dias (1967); a Guerra do Yom Kippur (1973); o Acordo de Oslo (1993); a retirada de judeus da Faixa de Gaza (2005); a expulsão do grupo Fatah pelo grupo islâmico Hamas, que assume a Faixa de Gaza (2007); os recorrentes conflitos na Faixa de Gaza (2008, 2012 e 2014), envolvendo o Hamas e as forças de defesas israelenses; manifestações (2018); novos conflitos na Faixa de Gaza (2021); e ataques do Hamas contra Israel (2023).

O atual Estado de Israel, criado para ser o lar nacional judaico na Palestina, impulsionado por um movimento chama-

do “Sionismo”, fez correr para a Palestina todos os recursos necessários para a manutenção de uma nação judaica. A decisão de dividir a Palestina, criando um Estado judaico e um palestino, foi uma questão séria da geopolítica contemporânea. Consequências desse ato ecoam com respostas negativas até os dias de hoje.

Associado a um processo reflexivo, o artigo busca uma consciência histórica das principais razões nas quais o problema se fundamenta, elaborando dados informativos, transformados em conhecimento, e os contextualizando para melhor oferecer aos leitores interessados no assunto uma base estrutural com capaci-

dade elucidativa de refletir e entender as origens dos conflitos esquematizados nos seguintes assuntos: uma síntese histórica dos judeus e a origem do sionismo; os interesses da Grã-Bretanha na partilha do Império Otomano; e a for-

mação do Estado de Israel.

SÍNTESE HISTÓRICA DOS JUDEUS

Quem são esses povos que tanto se atribuem? Conforme as narrativas dos tempos bíblicos, ambos possuem origens comuns. Eles descendem dos semitas, ou seja, são descendentes de Sem, filho de Noé, que originou Abraão, e este, por sua vez, teve dois filhos, Isaac e Ismail. Da tribo formada por Isaac se originaram os hebreus, e da tribo de Ismail, os filisteus. As origens desses dois povos praticamente são as mesmas, o que não impediu que, ao longo dos anos, entrassem em guerras permanentes.

O povo hebreu viveu no Egito por volta de 1500 a.C., quando então iniciou o movimento de retorno, o Êxodo, liderado por Moisés

Abraão era de Ur, região que compreende o atual Iraque. Devido a um processo de escassez na região, ambas as tribos emigraram em direção ao Ocidente em busca de melhores condições de vida. Os hebreus acabaram indo até o Egito, onde existia uma das mais avançadas civilizações da época. Só que a esperança de dias melhores foi frustrada, e os hebreus tornaram-se escravos. O povo hebreu viveu no Egito por volta de 1500 a.C., quando então iniciou o movimento de retorno, o Êxodo, liderado por Moisés e concluído por Josué, para a tão sonhada terra prometida (Canaã)², segundo a promessa de Deus de que a terra lhes pertencia.

Os judeus não foram bem recebidos pelas comunidades que habitavam a região. Nos períodos compreendidos entre 1000 e 900 a.C., os judeus tiveram seu apogeu, com três grandes protagonistas: Saul – libertou seu povo do domínio filisteu e tornou-se o primeiro rei da terra; Davi – estendeu os domínios do reino, fazendo Jerusalém capital; Salomão – consolidou o reino e construiu o primeiro templo de Jerusalém, transformando o reino numa das maiores potências do Oriente Médio na época.

Com a morte de Salomão, o reino de Israel enfraquece e se divide em dois: reino do Norte (Israel) e do Sul (Judá). Com a divisão, o reino do Norte foi devastado pelos assírios, e o reino do Sul foi conquistado pelos babilônios. No ano 586 a.C., Nabucodonosor, rei da Babilônia, no curso de uma série de guerras de conquista, capturou Jerusalém. Com isso, grande parte dos judeus foi para o cativeiro na Babilônia, atual Iraque. Décadas

depois, os babilônios foram conquistados pelo Império Persa.

Desde tempos muito antigos, mercadores e mercenários gregos exploraram as várias regiões do Oriente Médio. Começava uma nova era com as conquistas de Alexandre, o Grande (356 a.C.), que obteve supremacia sobre o Irã, Síria e Egito. No período de 70 a 135 da Era Cristã, os romanos capturaram Jerusalém, consumando a diáspora judaica por todo o Mediterrâneo e pela Europa até a criação do Estado de Israel, em 1948.

Com a decadência do Império Romano, a Palestina passou a fazer parte do Império Bizantino, que se divide em dois lados: Oriental, com a capital Bizâncio, e Ocidental, com a capital em Roma. Com isso, a região torna-se o berço de duas religiões monoteístas: judaísmo e cristianismo.

Com o surgimento do Islã em Meca, o Império Bizantino sofre esmagadoras derrotas nas primeiras décadas do século VII. Com uma outra onda de migração, os muçulmanos entram na Palestina e difundem-se pela África e Ásia. Em 638, os árabes apoderam-se de Jerusalém e constroem no coração da Cidade Velha de Jerusalém, no Monte do Templo, a mesquita Al-Aqsa, terceiro lugar sagrado para o Islã, depois de Meca e Medina.

A luta religiosa na região passou a ser travada entre cristãos e muçulmanos, já que os judeus haviam sido colocados fora de cena. Durante o período das cruzadas, foi estabelecido o reino latino de Jerusalém, e os cruzados construíram novas igrejas, entre as quais a do Santo Sepulcro. Após esse período, um oficial curdo chamado Saladino lança uma cam-

2 Canaã estava no centro entre Mesopotâmia e Nilo. Passagem compulsória tanto para assírios e caldeus quanto para egípcios, Canaã se tornou o centro do Fértil Crescente, terra disputada pelas potências do mundo antigo. Ver TOGNINI, Enéas. *Geografia da Terra Santa e das terras bíblicas*. São Paulo: Hagnos, 2009, p. 13.

panha preliminar chamada *Jihad*³, derrota os cristãos e recaptura Jerusalém. Assim, houve um período em que cruzados e muçulmanos se alternavam no controle da Palestina. Essa situação foi mantida até 1516, ano em que se estabeleceu o domínio do Império Otomano “também muçulmano”, que controlou a região até 1918, quando os ingleses a ocuparam. Ainda assim, os judeus continuaram, durante toda a Idade Média e a Idade Moderna, em pequenos números na Palestina, até o início da colonização sionista.

O SIONISMO

Este movimento surge da necessidade de acabar com os progressivos processos de diásporas (dispersões) da população judaica, com o propósito de buscar a restauração de um Estado judeu independente.

Espalhados pelo mundo, os judeus iniciaram um movimento pela reintegração, buscando a possibilidade de reagruparem-se em um lar nacional próprio. No final do século XIX, houve falência da política de integração dos judeus na sociedade europeia. Isso ficou evidente pelos massacres de comunidades judaicas na Rússia, entre 1881 e 1884, conhecidos como Pogrom. Termo russo, “Pogrom” designa um ataque

violento às pessoas com a destruição simultânea de vários locais, como casas, lojas e escolas. Os ataques podem ser espontâneos ou premeditados. A expressão é usada para identificar ataques contra judeus, protestantes e outras minorias étnicas na Europa.⁴

Com o tempo, predominou-se a ideia de um reagrupamento em torno do Monte Sion, nome antigo da cidade de Jerusalém. O Sionismo era um “movimento baseado, em parte, nas tradições religiosas judaicas e, até certo ponto, em uma versão judaica das novas ideologias nacionalistas em curso na época e, cada vez mais, condicionado pela necessidade de encontrar solução para a rejeição e a perseguição que sofriam na Europa e, mais tarde, no Oriente Médio”⁵.

Esse movimento de caráter político e religioso tinha como propósito uma ideologia nacionalista colonialista, desejando não apenas o amor natural pela terra de nascença, mas um dever de

**Espalhados pelo mundo,
os judeus iniciaram
um movimento pela
reintegração, buscando
um lar nacional próprio**

pertencimento. Os judeus baseavam-se em uma convicção de ser seu povo, por direito histórico e religioso, o verdadeiro dono, de acordo com a promessa divina feita a Abraão, segundo a Bíblia. Por meio de ligações religiosas, étnicas, culturais e ancestrais, formavam uma única nação, e, como tal, precisariam de um Estado para onde essa nação pudesse convergir para

3 *Jihad*, em árabe, significa a luta do bem contra o mal travada para purificação espiritual – a chamada “Guerra Santa”, imposta aos muçulmanos pelo Alcorão em defesa do Islã (submissão voluntária à vontade de Deus). Ver Gilles Kepel. *Jihad: expansão e declínio do Islamismo*. Biblioteca do Exército Ed., 2003. p. 5.

4 SALOMÃO, Wiliander França. *Os conflitos entre palestinos e israelenses*: trajetória dos fatos históricos e do Direito Internacional. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2014, p. 24.

5 LIWIS, Bernard. *O Oriente Médio*: do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 325.

escapar das perseguições antisemitas na Europa, com intuito de preservar sua cultura e identidade.

O primeiro teórico do sionismo foi Moses Hess (1812-1875), que, em 1862, publicou o livro *Roma e Jerusalém*. Hess defendia a restauração de um Estado judeu independente e associava suas concepções religiosas às suas concepções sociais, mesclando-as com um messianismo judaico para anunciar a vinda de uma sociedade futura sob a forma do Reino de Deus. Outro expoente foi Heinrich Graetz (1817-1891), que escreveu o livro *História dos judeus*, em 1898, uma das bases mais importantes no que se refere ao pensamento sionista.

O jornalista judeu Theodor Herzl (1860-1904), impressionado com o caso Dreyfus (1894), escreveu, em 1896, a obra propulsora do sionismo político, chamada *Der Judenstaat* (*O Estado Judeu*), em que fornecia um projeto detalhado para um Estado judaico, elevando-se, assim, a uma posição de liderança sobre as questões judaicas.

Em 1897 ocorre o Primeiro Congresso Sionista, na Basileia, onde o sionismo vai se tornar um movimento político e ideológico. Essa realização só foi possível graças ao apoio de uma grande potência colonial, cujos interesses, até determinado momento, combinavam perfeitamente com os dos sionistas. A aliança entre sionistas e ingleses iria possibilitar a concretização do “lar nacional judaico” na Palestina. Assim Herzl escreveu em seu diário: “na Basileia fundei o Estado Judeu”. Um Estado que se concretizaria em 1948.

O MANDATO BRITÂNICO

No período entre 1516 até o final da Primeira Guerra Mundial (1917), a região da Palestina pertencia ao Império Otomano e, sob o governo de Constantinopla, era de grande diversidade religiosa. Com o fim do Império Otomano em 1918, a Liga das Nações transferiu o território para o domínio britânico, que passou a exercer total controle sobre ele. Acontece que, durante a guerra, a Inglaterra, conhecendo tanto as ambições dos sionistas quanto as aspirações dos palestinos, usou a situação para levar adiante seus próprios interesses estratégicos e geopolíticos.

Nesse contexto, a Grã-Bretanha desempenhou um papel central, fazendo um duplo jogo com palestinos e sionistas.

Surgiram os acordos Sykes-Picot e a Declaração Balfour. O Sykes-Picot era uma negociação secreta entre Inglaterra e França feita em 1916, estabelecendo que a Palestina ficaria sob administração internacional.

**A Grã-Bretanha
desempenhou um papel
central, fazendo um duplo
jogo com palestinos e
sionistas**

A Declaração Balfour ocorreu em 1917, quando o governo britânico se comprometia a estabelecer um lar nacional para os judeus na Palestina, favorecendo aos sionistas os ganhos na partilha do Império Otomano. Esses acordos são documentos bastante contraditórios que fixam a partilha do Império Otomano. Esse episódio histórico desencadeou ressentimentos entre árabes e sionistas, bem como a oficialização do mandato britânico na Palestina, em 1922.

No período entre as duas guerras, 1919 a 1939, a região da Palestina vai virar um enorme campo de batalha entre grupos paramilitares judeus e palestinos.

Mas, com a ascensão de Hitler em 1933, os ataques violentos conhecidos como Noite dos Cristais (1938) e o início da Segunda Guerra Mundial em 1939, o antisemitismo europeu atinge seu ápice, desencadeando um gradativo aumento de judeus para a Palestina.

Sem dúvida, a pior de todas as perseguições sofridas pelos judeus ocorreu na Alemanha, entre 1933 e 1945. Acredita-se que seis milhões de judeus foram exterminados durante o regime nazista. Enfim, o mundo fica chocado com o Holocausto. Devido à grande comoção, houve pressão internacional pelas perseguições sofridas, virando uma certa prioridade para a Europa resolver a questão dos judeus terem uma terra fixa, algo que poderia compensar a catástrofe sobre este povo.

A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

O século XXI coloca mais uma vez Israel no centro do debate, e as opiniões sobre o conflito tornam-se difusas, marcando uma nova era na ordem internacional. No final do século XIX, o movimento sionista não passava de uma minoria da população judia do mundo, vivendo a margem da cultura europeia. Procedentes da Europa, novos judeus chegavam à Palestina inspirados no sionismo e procuravam uma solução para a perseguição e a rejeição que sofriam.

Com a desintegração do Império Turco-Otomano no final da Primeira Guerra Mundial, e a Conferência de San Remo (1920), a Palestina passou para o controle inglês, abrindo-se novas perspectivas para o movimento sionista e novas divisões de terras, considerando que o

governo britânico manifestava apoio ao estabelecimento de um lar nacional para os judeus. Em meio às promessas feitas por meio da Declaração Balfour, escrita em 2 de novembro de 1917, os britânicos optaram pelos judeus, apoiando a construção da nova pátria com a promessa de que não prejudicaria a população nativa, em sua maioria árabe.

Ao longo dos anos 1920 e 1930, evoluíram as manifestações de hostilidade árabe ao colonizador judeu. Nesse meio-tempo, a população árabe voltou-se simultaneamente contra os ingleses e os sionistas. Com isso, os imigrantes judeus criaram uma força com o propósito de defender as colônias judias. Entre 1920 e 1922, surge o Haganah, uma milícia de autodefesa judia, com o apoio da Grã-Bretanha. Os árabes, contudo, não aceitaram a imposição e levaram seu protesto até a Liga das Nações. As guerrilhas continuavam, os atentados se sucediam e já não resta a menor dúvida de que a solução vai ser arrastar por mais alguns anos.

Uma vez estabelecido o Estado de Israel, os árabes que ali permanecessem seriam expulsos à força, assim como seriam obtidas novas terras para os assentamentos judaicos. Essas atividades eram conduzidas por diversos grupos paramilitares, e o alvo principal dos grupos eram funcionários, soldados, oficiais e as próprias instalações civis e militares do governo inglês. Posteriormente, passou-se a visar à população civil palestina.

Baseados em uma ideia de progresso, sendo a coerção elemento fundamental para a legitimidade da existência de Israel, retomam o *slogan* “Uma terra sem povo para um povo sem-terra!”.⁶ O movimento sionista buscou gerar as suas

6 MASSOULIÉ, François. *Os Conflitos do Oriente Médio*. Tradução Isa Mara Lando. São Paulo: Ática, 1994, p. 50.

próprias estruturas na forma de milícias armadas, criando mais dois grupos principais: o Irgun (1938) e o Stern (1941), motivados pela causa, juntam-se ao Haganá e passam a atuar na prática de atos de terror contra a população palestina e instalações britânicas.

Com o início da Segunda Guerra Mundial em 1939, uma onda de imigração clandestina começou a desenvolver-se na Europa. Por outro lado, as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) teriam intensificado suas propagandas entre os árabes, enviando-lhes agentes e armas para sustentar sua luta contra ingleses e sionistas. As milícias paramilitares israelenses (Haganá, Irgun e Stern) engajaram-se na luta contra o domínio britânico e árabe. Em outubro de 1945, o ativista político David Ben Gurion lança, em nome da comunidade judaica, um apelo à luta armada; esta será marcada por atentados espetaculares, como a destruição, pelo Irgun, do Hotel King David, em Jerusalém, sede do estado-maior inglês.⁷ Essas milícias paramilitares deram origem ao que conhecemos hoje como Forças de Defesa de Israel (FDI).

É importante lembrar que a Inglaterra, em 1947, encontrava-se bastante fragilizada em consequência do pós-guerra e se voltava para a reconstrução interna do seu país, por isso estava incapaz de sustentar seu domínio sobre a Palestina. Nesse mesmo ano, o governo britânico anunciou que iria se retirar, deixando às Nações Unidas o encargo de decidir sobre o futuro da Palestina. Surge um novo ator, os Estados Unidos, interessados em defender as causas sionistas, não pelo Estado judaico em si, mais propriamente pelos

seus recursos energéticos, especialmente na Península Arábica. Os sionistas, nos Estados Unidos, estimulavam a imigração de judeus para a Palestina, abrindo uma nova frente de batalha: “o terrorismo”.

A Inglaterra decide internacionalizar o conflito. A proposta foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em sessão realizada 29 de novembro de 1947, por 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções.⁸ Em vista da situação real do território, a partilha propunha a criação de dois Estados, com fronteiras sinuosas e diversos pontos de estrangulamento. Entretanto o que se via na prática era a existência de um Estado judeu dentro de um Estado na Palestina.

Às 4 horas da tarde do dia 14 de maio de 1948, em Tel Aviv, David Ben Gurion (1886-1973), líder da Agência Judaica e incentivador da luta pela criação do Estado de Israel, leu a chamada Declaração de Independência, que estabeleceria o Estado de Israel, executando o hino sionista *Hatkviah* (Esperança). Os combates armados entre judeus e palestinos intensificaram-se, o que levou a Inglaterra a anunciar que encerraria sua atividade como mandatária da partilha em 15 de maio de 1948. Logo após a votação da partilha da Palestina, a situação, que já era grave, tornou-se caótica, e os palestinos começaram a atacar alvos judeus com mais violência. Ben Gurion sabia que isso era só o prenúncio de uma guerra maior que estava por vir.

Após a criação de Israel, países que formavam a Liga Árabe (Egito, Jordânia, Síria e Iraque) se recusaram a reconhecer Israel como um Estado e decidiram invadir o território, começando assim a pri-

7 MASSOULIÉ, François. *Os Conflitos do Oriente Médio*. Tradução Isa Mara Lando. São Paulo: Ática, 1994, p. 62.

8 SOARES, Jurandir. *Israel x Palestina: as raízes do ódio*. 3ª Ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004, p. 48.

meira Guerra Árabe-Israelense, também conhecida como Guerra de Independência (1948), ficando Jerusalém dividida ao meio, com a parte ocidental para Israel e a parte oriental para a Jordânia, enquanto a Faixa de Gaza ficaria sob o controle do Egito. Depois da guerra, o território original, decidido pelas Nações Unidas para um Estado árabe, foi reduzido pela metade e, conseqüentemente, o tamanho de Israel é aumentado.

Se por um lado Israel realizava seu grande sonho de retorno à terra prometida, para os palestinos começava a *Nakba* (catástrofe), que, em 1948, os levou à expulsão de suas terras durante a fundação do Estado de Israel. Nascia o que chamamos de Questão Palestina, uma luta anticolonialista e de recuperação do território ocupado, questão central dos conflitos atuais entre Israel e Palestina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos vivendo um novo ponto de inflexão no mundo, sobretudo um desencadeamento exponencial nas comunicações, praticamente instantâneas, fortemente influenciadas pelas transmissões *online*, os *streaming*, nos permitindo novos olhares sobre diversas teorias, ideias e experiências, antes restritos aos principais veículos de comunicação.

Profundas modificações estão em curso nas relações sociais e nas relações internacionais, com profusão de novos atores, crises e conflitos, ameaçando a paz e a estabilidade global, afetando a vida humana, os negócios e a segurança e impactando diretamente as condições das superpotências para fins geopolíticos.

O mundo multipolar enterrou de vez o ambiente da bipolaridade da Guerra Fria. Países economicamente emergentes estão em ascensão, a serviço dos inte-

resses industriais e militares, atingindo patamares de grandes potências. Portanto, acordos diplomáticos e políticos não considerados justos entre os Estados representam ameaças dentro e fora dos territórios nacionais, acentuando a instabilidade, reacendendo velhos conflitos e desencadeando novos.

A essência de um povo é definida desde os primórdios dos tempos. Ao longo da história, as terras situadas entre o Mar Mediterrâneo e o vale do Rio Jordão foram ocupadas por cananeus, judeus, babilônios, assírios, persas, romanos, bizantinos, árabes, cruzados, otomanos e britânicos. Sabemos que a maioria das histórias contadas pelo povo hebreu é narrada na Bíblia e mantém muitos enigmas. Assim, muitos dos acontecimentos protagonizados na região do Oriente Médio têm como pano de fundo a religião como matriz histórica, base para sustentação de reivindicação da tão sonhada terra prometida.

Raros são os momentos de paz nas relações entre as grandes potências, sendo esta uma paz tensa armada e ansiosa pela guerra. Nos séculos XIX e XX, houve uma ascendência de movimentos nacionalistas apresentando novos meios de imposição de poder, originando guerras, opressão, ódio e genocídio, e os judeus europeus, percebendo que seriam eternos excluídos no mundo, intensificam um movimento de retorno, dando origem ao que conhecemos como sionismo. Considerando as perseguições sofridas algo constante na História, a intenção era criar um Estado judeu na Palestina e tomar o seu destino nas próprias mãos, com a crença de que só poderiam viver em paz e em segurança se vivessem em meio a outros judeus em um Estado próprio.

O propósito da Organização Sionista Mundial de fundar um lar nacional judai-

co na Palestina concretizou-se somente porque estava diretamente alinhado aos interesses imperialistas das potências europeias do início do século XX, mantendo uma política de expansão pelas colônias. Portanto, a imigração sionista aumentou consideravelmente depois que a Grã-Bretanha conquistou o mandato sobre a Palestina. O nacionalismo árabe aumentou na mesma proporção que os colonialistas sionistas passaram a dominar o território da Palestina. A exploração do espaço regional, envolvendo povos árabes e israelenses, ocasionou trágicas consequências entre ambos.

Assim, os acordos para administração da região, como Sykes-Picot e a Declaração Balfour, despertavam interesses das potências imperialistas que pretendiam priorizar um certo equilíbrio de poder, permitindo à França as gerências da Síria e do Líbano, e à Inglaterra as gerências da Jordânia, da Palestina e do Iraque. O estabelecimento da Liga das Nações (1920), e mais adiante a ONU (1945), tornou-se organismos que asseguram acordos políticos complexos, estabelecendo compromissos e projetos econômicos e sociais das porções desses territórios.

No intervalo de tempo entre guerras e no término da Segunda Guerra não foram definidos a emancipação dos povos árabes, acarretando uma luta árabe contra o mandato britânico e o crescimento maciço da presença judaica na região. Em 1948, houve a declaração do Estado de Israel, causando um questionamento sobre a proposta da partilha que não agradava nenhuma das partes. Para muitos radicais árabes, os israelenses são intrusos do ocidente e por isso não reconhecem o Estado de Israel.

Ao analisar os impactos desse conflito, fica evidente que houve uma sismica na geopolítica em andamento com a criação do Estado de Israel, destinado a um imperativo político de expansão de fronteiras e conquistas territoriais, justificados por acordos entre as superpotências, nas configurações definidas por influências decisivas nas importantes articulações de pensamento estratégico, assumindo formas diferentes e envolvendo atores distintos.

Muitas potências que se lançam a uma empreitada imperialista são movidas por interesses estratégicos e econômicos, não deixando de lado o cálculo geopolítico. Geopolítica pode ser entendida como o estudo e a prática da política do poder internacional definida no espaço geográfico. É um campo do pensamento e da análise estratégica. A Geopolítica se dá essencialmente na confluência entre espaço (“geo”) e poder (“política”).⁹ Nesse sentido, a política de poder e suas tendências moldaram os contornos do Oriente Médio, de acordo com aspirações das nações soberanas, relacionados com o espaço geográfico.

Claro que esse conflito se tornou muito mais polêmico à medida que foi sendo explorado pelas influências internacionais por interesses diversos. Para os sionistas, a Palestina pertence, por direito sagrado e histórico, ao povo judeu, tendo os árabes se apropriado da região. O povo judeu realiza o seu grande sonho de retorno à terra prometida; por outro lado, para os palestinos que se viram forçados a abandonar o lugar onde sempre estiveram desde os tempos bíblicos, ficaria consumada a diáspora. Para além das justificativas, a situação

9 *Os fundamentos da geopolítica clássica*: Mahan, Mackinder, Spykman. Organizador Braz Baracuhy. Brasília, DF: Funag, 2021, p. 13.

dos conflitos entre Israel e Palestina dura décadas, com uma perspectiva de guerra permanente devido à divisão e à ocupação de um território.

Nota-se que políticas de expansão permitem que colonos israelenses construam em território palestino, sendo seus moradores protegidos por muros, cercas e soldados, possuindo estradas exclusivas que os ligam com o território israelense, enquanto os palestinos, vivendo sob ocupação israelense, têm os seus direitos humanos constantemente violados, e suas terras são expropriadas e anexadas por Israel, conforme relatórios da Cruz Vermelha Internacional e da Anistia Internacional. Assim, grupos palestinos promovem ações terroristas, utilizando-se de “homens-bomba” e lançando foguetes em território israelense. O peso dessas ações dificulta o equilíbrio regional, tornando ainda mais longínqua a possibilidade de paz na região, transformando estes conflitos em uma catástrofe humanitária.

A política que Israel desenvolve atualmente é a de anexar definitivamente os territórios mais importantes, restando aos palestinos as partes menos férteis. É necessário que a sociedade israelense perceba que uma paz justa e duradoura só poderá ser obtida quando houver justiça na região, e essa justiça só poderá ser alcançada quando os palestinos forem aceitos como plenos cidadãos e lhes seja dada a oportunidade de uma vida digna na terra dos seus antepassados.

A partir de um ponto de vista e sob um olhar analítico, tudo indica que o problema é de caráter político. Por trás de todos os acordos firmados por meio de discursos vessos, a um jogo complexo de causas antigas e recentes que perduram até os dias de hoje. A hostilidade entre ambos estará sempre a decidir entre a

democracia ou a demografia, entre a civilidade e a barbárie, entre a possibilidade da retaliação e a solução dos problemas ou entre a guerra ou a paz. O Oriente Médio, apesar dos grandes recursos estratégicos (petróleo e gás natural), enfrenta uma extensa lista de conflitos militares, refletindo em ações terroristas praticadas por grupos extremistas.

A relação entre Israel e Palestina basear-se-á em profundos vínculos históricos, envolvendo origens semelhantes não homogêneas. Em ambos os lados, existem pessoas dispostas ao diálogo e pessoas dispostas a cometerem atrocidades, motivadas pelo revanchismo e pelo nacionalismo hostil. É preciso conscientização para conviverem na adversidade e se sentarem à mesa para defender diplomaticamente seus interesses políticos, principalmente a proposta da partilha em dois Estados.

Ao examinar as contradições e os impasses para resolver conflitos, pressupõem-se escolhas difíceis: intermediar acordos verdadeiros em defesa do multilateralismo, adotando uma diplomacia do diálogo para legitimar a estabilidade e avaliar o passado, definindo novos rumos, convencendo a sociedade de que uma paz justa e duradoura só poderá ser obtida quando houver justiça na região. Caso contrário, fraturas do passado seguirão vivas entre eles, multiplicando um ódio infinito, num ciclo vicioso, e ampliando riscos de novos conflitos, sendo as pessoas inocentes as mais atingidas.

Nessas condições, o século XXI questionará se Israel tem o direito de controlar a Palestina. Outro fator é que estamos mais expostos a um grande volume de dados, porém simplificados e, muitas das vezes, desconectados do contexto, virando pretextos e levando a uma redução do conhecimento, ampliando vozes dissonantes.

O trabalho foi baseado em coleta de dados descrevendo determinados acontecimentos históricos, não fornecendo respostas deterministas, devido às suas interações mutáveis e complexas. Então, o propósito

permanece em torno de buscar encontrar conexões que esclareçam os acontecimentos do conflito, de maneira que possam melhor informar, sem interferências de *fake news* ou narrativas tendenciosas.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ÁREAS>; Israel; Oriente Médio;

<POLÍTICA>; Israel; Palestina;

<GUERRAS>; Conflito Árabe-Israelense; Crise do Oriente Médio;

REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O século XX – O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, vol. 3.
- ARAGÃO, Maria José, 1948 – *Israel x Palestina: origens, história e atualidade do conflito*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- BRACUHY, Braz (org.). *Os fundamentos da Geopolítica Clássica*. Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília - DF. Editora: Fundação Alexandre de Gusmão, 2021.
- GATTAZ, André Castanheira. *A Guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada*. André Castanheira Gattaz. São Paulo: Sina do Livro, 2002.
- KEPEL, Gilles. *Jihad: Expansão e declínio do Islamismo*. Biblioteca do Exército, 2003.
- LIWIS, Bernard. *O Oriente Médio: Do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- MAGNOLI, Demétrio. *História das guerras*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MASSOULIÉ, François. *Os Conflitos do Oriente Médio*. Tradução Isa Mara Lando. São Paulo: Ática, 1994.
- SAID, Edward. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. Nova Edição. Tradução: Rosaura Eichenberg, São Paulo: Companhia de Bolso, 2003.
- SALOMÃO, Wiliander França. *Os conflitos entre Palestinos e Israelenses: trajetória dos fatos históricos e do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.
- SHALIM, Avi. 1945 – *A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe*. Rio de Janeiro: Fissus Ed., 2004.
- SOARES, Jurandir. *Israel x Palestina: As raízes do ódio*. 3ª Ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.
- TOGNINI, Enéas. *Geografia da Terra Santa e das terras bíblicas*. São Paulo: Hagnos, 2009.